

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 61.ª Sessão Ordinária
Realizada em 4 de Maio de 1973 — (Sexta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Muggiati Filho secretariada pelos srs. Deputados Borsari Neto e Quielse Crisóstomo.

Às 10 horas é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — Odilon Reinhardt — David Federmann — Hélio Manfrinato — Alvaro Dias — Antonio Costa — Antonio Maciel — Armando Queiroz — Basilio Zanusso — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Padel — Leopoldo Jacomel — Mauricio Fruet — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Quielse Crisóstomo e Xenofonte Villanueva. (35); achando-se ausentes os srs. Deputados: Aginaldo Pereira Lima — Antonio Belinati — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araujo — Arthur de Souza — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE

MENSAGENS:

MENSAGEM 45-73

Curitiba, 26 de abril de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar novos vencimentos mensais aos dirigentes de Autarquias e Departamentos autônomos, conforme os valores que especifica.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, inspirado em recente Legislação Federal que cuida da matéria, virá ensejar justa remuneração aos ocupantes de cargos de provimento em comissão diretivos de Autarquias e Departamentos Autônomos.

Ressalte-se que a remuneração proposta, em valores expressamente fixados, dará no seu todo, perfeita clareza com relação à condição remuneratória dos integrantes desse importante escalão administrativo evitando-se, dessa forma, os grandes inconvenientes, de vantagens pecuniárias de várias origens legais. Assim, o anteprojeto contém em seu artigo 4.º, dispositivo segundo o qual os ocupantes dos questionados cargos não poderão perceber gratificação pela prestação de serviços extraordinários, cabendo-lhes, apenas e quando for o caso, o direito ao recebimento da gratificação de representação.

Por outro lado, vale ressaltar que a proposição ora formulada a essa Augusta Assembléia Legislativa significa o passo inicial no sentido de que, nos moldes da Legislação Federal específica (Decretos nos 71235 e 71.236, de outubro de 1972) sejam reestudadas as remunerações de outros escalões administrativos, com vistas possibilitar, também incentivos para o recrutamento de pessoas altamente qualificadas para o exercício de tais funções.

As despesas que decorrerem da execução da medida, correrão à conta de verbas próprias, consignadas na vigente Lei de Meios.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA
 Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Os vencimentos mensais dos cargos em comissão abaixo especificados, de dirigentes de Autarquias e Departamentos Autônomos, deixam de pertencer à simbologia geral e ficam expressamente fixados como seguem:

AUTARQUIAS

Departamento de Estradas de Rodagem:

Diretor Geral	Cr\$ 5.000,00
Diretor Técnico	Cr\$ 4.000,00
Diretor Administrativo	Cr\$ 4.000,00

Departamento de Edificações e Obras Especiais:

Diretor Geral	Cr\$ 4.500,00
Diretores Adjuntos	Cr\$ 3.500,00

Instituto de Assistência ao Menor:

Diretor	Cr\$ 3.500,00
---------------	---------------

Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado:

Superintendente	Cr\$ 4.000,00
Diretor do Departamento de Aplicação de Capital	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento Médico	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento de Administração Geral	Cr\$ 3.500,00
Diretor do Departamento de Previdência	Cr\$ 3.500,00

Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas:

Diretor	Cr\$ 3.500,00
---------------	---------------

Administração de Recursos Hídricos:

Diretor	Cr\$ 3.500,00
---------------	---------------

ÓRGÃOS AUTÔNOMOS

Departamento Estadual de Compras:

Diretor Geral	Cr\$ 4.500,00
---------------------	---------------

Departamento Estadual do Serviço Público:

Diretor Geral	Cr\$ 4.000,00
---------------------	---------------

Departamento de Divulgação do Estado:

Diretor Geral	Cr\$ 4.000,00
---------------------	---------------

Art. 2.º Os ocupantes dos cargos abrangidos por esta lei não farão jus ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 4.º A extinção da simbologia dos cargos atingidos por esta lei não determinará, em nenhuma hipótese, modificação de proventos de inatividade, proventos esses que continuarão tendo por base de cálculo o símbolo que era atribuído ao cargo na data da respectiva aposentadoria.

Art. 5.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça:

MENSAGEM N.º 46-73

Curitiba, 26 de abril de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), os vencimentos dos cargos em comissão de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado.

A medida constante do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa é decorrência da grande necessidade de ser mantida justa remuneração aos Secretários de Estado e aos ocupantes dos demais cargos especificados, cujos atuais vencimentos vem de larga data sido mantidos inalterados, pois são, ainda, aqueles fixados através da Lei n.º 6.118, de 26 de junho de 1970.

Os estudos que precederam à elaboração do anexo anteprojeto obedeceram e respeitaram os limites e condições estabelecidos pela Constituição e Legislação Federais, estando, consequentemente, tais vencimentos, propostos em valores sensivelmente menores que os dos correspondentes cargos do Serviço Público da União.

Certo de que o Plano de Lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os vencimentos mensais dos cargos em comissão de Secretários de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar do Gabinete do Governador e de Procurador Geral do Estado ficam fixados em Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 81 — 82 — 83 — 84 — 85 — 86 — 87 — 88 e 89-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO INTEGRALMENTE** os Projetos de Lei n.ºs:

103-72 — Do Senhor Deputado Alvaro Dias, que visa declarar de utilidade pública, o Diretório Acadêmico Frederico Hermann Júnior, pertencente à Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Contábeis de Londrina. — **A C.C.J.**

142-72 — Do Senhor Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, que visa efetivar os atuais servidores, contratados como pesadores, que contem com 5 (cinco) anos ou mais de serviço, prestado ao Estado. — **A C.C.J.**

128-72 — Do Senhor Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, que visa declarar de utilidade pública a Sociedade Obras Assistenciais Nossa Senhora de Fátima, do Município de Guaraniacú. **A C.C.J.**

64-72 — Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa proceder o afastamento da rodovia que liga a BR-116 à Colônia Faria, Município de Colombo, e esta à localidade de Guaraituba, na BR-476. — **A C.C.J.**

17-72 — Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que visa conceder a Agostinho Correa Bittencourt, filho do ex-Capitão da Guarda Nacional Henrique Correa Bittencourt, uma pensão mensal de Cr\$ 150,00. **A C.C.J.**

272-71 — Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa a construção através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, de um prédio na sede do Município de Iguaraçu, destinado ao Ginásio Estadual. **A C.C.J.**

65-72 — Do Senhor Deputado Erondy Silvério, que visa acrescer ao art. 140, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, parágrafo concedendo vantagens ao funcionário aposentado por invalidez. **A C.C.J.**

164-72 — Do Senhor Deputado Mauricio Fruet, que visa declarar de utilidade pública a União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Curitiba UMESOC, — com sede e foro nesta Capital — **A C.C.J.**

105-72 — Do Senhor Deputado Alvaro Dias, que visa declarar de utilidade pública o Centro Acadêmico XXI de Abril, da Faculdade Estadual de Odontologia de Londrina, com sede no Município do mesmo nome. **A C.C.J.**

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 59-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, que seja encaminhada Mensagem de congratulações e pleno êxito desta Casa, aos organizadores da IX Feira Intercolegial e Estudantil do Livro, que se vai realizar entre os dias 7 e 12 do corrente mes, na Praça Genérico Marques, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1973.

(a) Cândido Manoel de Oliveira

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado infra assinado, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de aplauso ao Senador Accioly Filho.

O brilhante parlamentar apresentou na Sessão de ontem, do Congresso Nacional, emenda ao Projeto de Lei, oriundo de Mensagem presidencial que dispõe sobre as regiões metropolitanas, solicitando a inclusão dos Municípios de Rio Branco do Sul, Mandirituba, Balsa Nova, Quatro Barras e Campina Grande do Sul, na área metropolitana de Curitiba, atendendo a pedidos formulados pelos referidos Municípios.

Da decisão da Casa, solicita ainda, dê-se ciência ao Senador Accioly Filho e a todos os Prefeitos dos Municípios acima mencionados.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1973.

(a) Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente:

Na data em que se comemora o "Dia da Comunicação", requeiro, regimentalmente, oficie-se a todos os órgãos de comunicação do Estado do Paraná, Rádios, Jornais e Emissoras de TV, cumprimentando seus Diretores e funcionários pelos relevantes serviços de utilidade pública prestados à comunidade paranaense e brasileira.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1973.

Maurício Fruct

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 77-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominado "Governador Parigot de Souza", o trecho da rodovia PR-1, que liga Jaguariava a Santo Antonio da Platina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1973.

(a) Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora propomos se nos afigura das mais justas e se constitui num preito de reconhecimento e gratidão do povo paranaense, principalmente do interior de nosso Estado, ao eminente Professor Parigot de Souza, pela magnífica obra que Sua Excelência vem realizando à frente do Governo do Estado, notadamente no setor viário, levando ao interland paranaense as condições que necessita para prosseguir na marcha do seu desenvolvimento.

Porisso, é-nos lícito esperar que esta Casa, bem compreendendo o sentido da homenagem, acolha a presente iniciativa, aprovando-a.

Projeto de Lei n. 78-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Art. 3.º, da Lei n. 5.926, de 22 de abril de 1969, passa a vigorar com a seguinte redação e acréscimo de um parágrafo:

"Art. 3.º — O grau de aproveitamento obtido no Curso de Confirmação assegura o merecimento e respectivo lugar no escalão para promoções subsequentes, elaborando-se, porém, os Quadros de Acesso segundo os critérios de merecimento e antiguidade, em respeito ao que dispõe o parágrafo único, do Art. 76, da Constituição Estadual.

Parágrafo único — Na elaboração dos Quadros de Acesso mencionados neste Artigo, atender-se-á à proporcionalidade tal que em cada três (3) vagas a serem preenchidas, duas o sejam por merecimento, em função da classificação no Curso de Confirmação, e uma por antiguidade, em função do tempo de serviço público estadual"

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1973.

(a) Gilberto Carvalho

JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa justifica plenamente o presente Projeto de Lei

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Paulo Poli, do seguinte teor: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas parlamentares, requer, na forma regimental, após ouvir o Plenário, seja destinada a Sessão de hoje ao "Dia das Comunicações".

Em 27 de abril de 1971, o Excelentíssimo Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici, instituiu por Decreto o Dia das Comunicações, que se comemora em todo o país a 5 de maio próximo.

Considerando-se as notáveis realizações da Resolução Brasileira no campo das comunicações, formulamos o presente Requerimento, para que, uma vez aprovado, se registre na presente sessão o significado das comunicações no Brasil.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1973.

(a) Paulo Poli"

Atendendo ao disposto no artigo 77 do Regimento Interno submeto à aprovação do Plenário, Requerimento do Deputado Paulo Poli, que pede seja destinada a Sessão de hoje ao "Dia das Comunicações". Em votação. — Aprovado.

Na forma do artigo 77, a Sessão destina-se na sua primeira hora, à comemoração do "Dia das Comunicações".

Com a palavra, o primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Casa acaba de aprovar um Requerimento de autoria do Nobre Deputado Paulo Poli que visa dedicar a Sessão de hoje ao Dia das Comunicações que ocorrerá no dia 5 de maio próximo.

Efetivamente, o Brasil passa por uma fase de extraordinário desenvolvimento. Ainda hoje as manchetes de todos os jornais brasileiros ressaltam uma declaração do Exmo. Sr. Presidente da República dos Estados Unidos, Richard Nixon, quando ele faz alusão ao Brasil, como um dos países de maior desenvolvimento no mundo.

Aliando o sentido da Sessão de hoje com esta declaração e com a realidade dos fatos, nós podemos nos orgulhar do Brasil; porque a partir do movimento revolucionário de 1.964, na verdade, este país tomou novos rumos; rumos de trabalho, de ordem, de progresso, implantados por uma nova sistemática, por uma nova dinâmica de Governo, por uma efetiva e prática democracia. Porque este Governo tem se sucedido com o apoio popular e tem efetivamente realizado um trabalho reconhecido pelo povo brasileiro; reconhecido pelos demais países e principalmente pela grande potência mundial! Não só os Estados Unidos, não só outros países em grande desenvolvimento, têm feito referência ao Brasil; mas todos aqueles técnicos em economia, em finanças, os grandes homens da cultura, enfim, em todos os ramos do saber e da atividade humana, há manifestações de apreço à conduta serena e sábia que vem sendo adotada pelos sucessivos Presidentes, desde o Mal. Castelo Branco, a Mal. Costa e Silva e agora ao ilustre Presidente Emílio Garrastazu Médici.

E essa nova fase localizada no sistema de comunicações realmente teve um progresso jamais visto. Primeiro em decorrência das próprias condições tecnológicas do mundo inteiro, com os satélites, com os sistemas implantados de TV, com os sistemas telefônicos. Enfim, hoje se fala internamente no Brasil a qualquer instante, com facilidade e fala-se daqui para fora como de fora para o Brasil, de idêntica maneira.

Em segundo lugar, como decorrência natural do grande progresso de nosso País e, em terceiro, em função dessa nova dinâmica implantada no Brasil.

De modo que, embora não fosse este o assunto pelo qual havíamos feito a nossa inscrição, reservamos estes minutos do Pequeno Expediente para nos congratularmos com as autoridades brasileiras, tanto com o Governo da República como com o Governo do Estado que, através da TELEPAR, através de seus órgãos, tem realizado um trabalho eficiente e digno de realizações para todos nós.

Esperamos que, mercê de Deus e da compreensão de todos, possa o sistema de comunicações do Brasil aproximar cada vez mais o povo brasileiro e o povo brasileiro das Nações amigas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, na Sessão comemorativa ao "Dia das Comunicações", ao segundo orador Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "As Comunicações no Brasil atravessam fase de intensa expansão e modernização. Na definição do Programa de Metas e Bases, o Governo do Excelentíssimo Sr. Presidente Emílio Garrastazu Médici fixou, em linhas gerais, os níveis de desenvolvimento nacional e progresso social que julgou necessário e possível conquistar para a Nação e estabeleceu, para o Ministério das Comunicações, as diretrizes e os valores mínimos que deverão ser alcançados para a consecução daqueles níveis.

Criado pelo Decreto-Lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967 (Reforma Administrativa), a área de competência do Ministério das Comunicações abrange as telecomunicações e os serviços postais. E, assim, o responsável pela formulação, orientação e controle da política de Comunicações do Governo Federal, Integração Nacional, Segurança Nacional, Desenvolvimento Nacional, são objetivos permanentes.

Dimensões continentais e evolução histórica, deram ao País áreas concentradas de desenvolvimento, embora isoladas entre si. A unificação e interligação desses centros, através das Comunicações, ou a efetiva Integração Nacional que deverá ser alcançada a curto e médio prazos, são metas prioritárias do Ministério das Comunicações.

Ligações rápidas e eficientes, seguras; intercâmbio de mensagens escritas e faladas; difusão de imagens entre polos de desenvolvimento do País, são objetivos que vêm sendo alcançados através de modernos meios de telecomunicações, o que se constitui em poderoso fator de integração nacional, meta destacada do Governo Federal, para o âmbito interno e para o Exterior, conjuntamente, visando compatibilizá-lo em amplitude e qualidade, com o nível de desenvolvimento já alcançado pelo País, e o acelerado processo de expansão de sua economia.

As redes terrestres e os satélites artificiais de telecomunicações são, hoje, poderosos instrumentos de apoio à técnica de educação, em escala até então considerada inatingível pelas técnicas tradicionais de ensino e formação.

Nossa rede terrestre de telecomunicações, já em exitosa operação, e os estudos do Ministério das Comunicações relativas à implantação de outros meios de Comunicações dotarão o País, futuramente, da infra-estrutura necessária à difusão em ampla escala, da educação e cultura em todo o território nacional.

Ao criarem as condições indispensáveis à Integração Nacional, conceder em efetivo suporte ao Desenvolvimento Nacional e propiciarem meios para a difusão da educação e cultura, as telecomunicações contribuíram decisivamente para o aprimoramento dos setores sociais, político e militar do País, componentes essenciais do conceito de Segurança Nacional.

Nos planejamos, o Ministério das Comunicações considerará sempre a hipótese de garantir ao indivíduo, às forças de segurança do Estado, os meios eficientes de ligação, a fim de que o homem brasileiro, onde quer que esteja, integre de fato a Nação e a Nação possa, como um todo, coesa e forte, proteger o cidadão, o território, as instituições, a lei, a ordem, os costumes e as tradições nacionais.

As Comunicações no Brasil, definidas como de responsabilidade constitucional da União, são asseguradas por empresas de grande porte, formadas de estruturas técnicas e comerciais sofisticadas.

Com esse propósito, o Ministério das Comunicações mantém-se estruturado sobre duas grandes empresas executivas das atividades-fins do Ministério: a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), responsável pelos serviços postais do País, e a Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS, a quem compete o planejamento dos serviços públicos de telecomunicações, coordenando-os com o objetivo de reduzir custos, eliminar duplicações de atividades e ensinar maior produtividade aos investimentos realizados. As atividades operacionais desta última são executadas por suas subsidiárias ou associadas. São órgãos da Administração Direta do Ministério, o Conselho Nacional de Comunicações (CNC), o Gabinete, a Divisão de Segurança e Informações (DSI), a Secretaria Geral, a Consultoria Jurídica, a Inspetoria Geral de Finanças, o Departamento de Administração, a Divisão de Pessoal e o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL).

Contando com a compreensão e o apoio do Governo do Presidente Médici e com a colaboração de todos os dirigentes e funcionários dos Órgãos da Administração Pública e das entidades privadas, foi possível ao Ministério das Comunicações alcançar êxitos memoráveis nessa caminhada de todos nós no rumo da integração definitiva do Brasil, pelas Comunicações.

A definição da Política Nacional de Comunicações e as reestruturações do setor, propiciaram o desencadeamento de importantes providências que já redundaram positivos e amplos resultados.

A análise da situação da telefonia brasileira, desenvolvida pelo Ministério das Comunicações, constitui-se num diagnóstico amplo e profundo das necessidades do Brasil nesse setor fundamental de sua infra-estrutura. A carença de comunicações telefônicas revela-se hoje em dia em toda a sua dramaticidade: o País dispõe de apenas 2 telefones por 100 habitantes e ocupa o 31.º lugar no Mundo quanto à densidade telefônica.

Em 1963, quando foi aprovado o Plano Nacional de Telecomunicações, já estava previsto o Sistema Nacional de Telecomunicações composto de Sistema Básico, Sistema Complementar e Sistema Auxiliar. No ano passado a Empresa Brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL — concluiu a interligação de todas as Capitais de Estados e Territórios no Brasil continental entre si e com a Capital Federal.

Dotado o País de um sistema integrado, capaz de satisfazer às necessidades do desenvolvimento e da integração nacional o Ministério das Comunicações volta-se agora para a efetiva implantação das redes regionais, com os sistemas interurbanos e urbanos, dentro das Metas e Bases para a ação do Governo: "no campo da comunicação urbana, que receberá alta prioridade, efetivar-se-ão investimentos maciços objetivando elevar substancialmente o índice de telefones".

Em Exposição de Motivos enviada ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, foi aprovado o Plano de Emergência para a instalação de 1 milhão de terminais telefônicos na área de operação da Companhia Telefônica Brasileira — CTB, onde se situa 70% da telefonia interurbana e urbana do Brasil (Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais). Hoje estas áreas são operadas respectivamente por CTB, nos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro; TELESP, em São Paulo; CTMG, em Minas Gerais e CTES, no Estado do Espírito Santo.

O planejamento abrangeu o dimensionamento e o prazo de implantação, bem como a quantificação dos recursos financeiros e humanos necessários a esse Plano de Emergência, com os objetivos de atenuar a demanda mais premente e melhorar as condições de operação do sistema existente naqueles Estados. O rápido desenvolvimento desse vultoso Plano, que requer a absorção total da capacidade de produção da indústria nacional de equipamentos de telecomunicações, obrigou a CTB a firmar Instrumentos de Intenção, pelos quais se comprometeu a comprar, dentro das condições estipuladas, 500.000 terminais à Ericsson do Brasil S.A., 300.000 à Standard Elétrica S.A. e 160.000 à Nippon Electric Company. A assinatura desses Instrumentos, que representam vultosos investimentos, foi consequência de um perfeito entrosamento entre o Governo e Indústria de telecomunicações e possibilitará, pelo volume de encomendas, descontos de cerca de 20%. Pelas encomendas regulares e planejamentos do mercado comprador e segurança de sua produção, a indústria nacional produtora de equipamentos de telecomunicações ampliou suas fábricas, realizou elevados investimentos e preparou recursos humanos necessários à sua expansão.

Considerando esse enorme déficit de telefones existentes no Brasil, cuja exploração é feita por empresas e serviços estatais e particulares, impunha-se uma centralização do planejamento e do controle de recursos. Dado o grande desnível que se verifica entre os sistemas Nacional e Regionais, houve a necessidade de intervenção do Governo Federal como única medida capaz de fazer o indispensável planejamento global. Para isto, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional, um Projeto de Lei que institua a política de exploração de serviços de telecomunicações e autorizava a constituição da Telecomunicações Brasileiras S.A. — TELEBRAS.

O Congresso Nacional, sensível à magnitude do problema, constituiu uma Comissão Especial composta por Senadores e Deputados que, no tempo recorde de 17 dias, apreciou a matéria e a aprovou em Plenário na Sessão Conjunta das duas Casas do Legislativo em 29 de junho de 1972.

A TELEBRAS, empresa de economia mista vinculada ao Ministério das Comunicações, foi instalada no dia 9 de novembro de 1972.

A partir de sua instituição, passou a gerir o Fundo Nacional de Telecomunicações, e em seus apenas cinco meses de existência já realizou investimentos da ordem de duzentos e quarenta milhões de cruzeiros.

Nesse curto período incorporou a Companhia Telefônica Brasileira (CTB) a Companhia Telefônica de Minas Gerais (CTMG), a Companhia Telefônica do Espírito Santo (CTES), a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), a Companhia Catarinense de Telecomunicações (COTESC), a Companhia Telefônica de Pernambuco (CTP), a Telefones do Piauí (TELEPIA) e a Telecomunicações de Campina Grande (TELEINGRA). Propiciou ainda a criação da Telecomunicações de São Paulo (TELESP), a Telecomunicações de Roraima (TELAIRA) e a Telecomunicações de Sergipe (TELESGIPE). Além disso, vem investindo em várias outras empresas onde, a curto prazo e de conformidade com acordos mantidos, passará a deter o controle acionário das mesmas.

Dentro da política de planejar em termos nacionais o desenvolvimento das telecomunicações, e considerando a necessidade de unificar a exploração dos serviços públicos de telecomunicações sob o controle de uma única concessionária em cada Estado ou Região do País, a Portaria n.º 331, de maio de 1972, designou como empresas-pólos de integração das demais concessionárias, no âmbito dos Estados, as seguintes: CANTEL — Companhia Amazonense de Telecomunicações; COTELPA — Companhia de Telecomunicações do Pará; TELMA — Empresa de Telecomunicações do Maranhão; TELEPIA — Telefones do Piauí S.A.; COTELCE — Companhia Telefônica do Ceará; TELERN — Companhia Telefônica do Rio Grande do Norte; CTA — Companhia Telefônica de Alagoas; TEBASA — Telefones da Bahia S.A.; CTES — Companhia Telefônica do Espírito Santo; CTB — Companhia Telefônica Brasileira (Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro); CTMG — Companhia Telefônica de Minas Gerais; COTELGO — Companhia de Telecomunicações de Goiás; COTELB — Companhia de Telecomunicações de Brasília; TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná; COTESC — Companhia de Telecomunicações de Santa Catarina; CRT — Companhia Riograndense de Telecomunicações (Rio Grande do Sul).

Ainda em 1972, tendo em vista o término do prazo de 80% das concessões e permissões para a execução dos serviços de radiodifusão sonora, o Congresso Nacional, mais uma vez sensível à magnitude do problema, houve por bem prorrogar até 2 anos todas as concessões e permissões, tempo viável para o exame de todos os pedidos. Em reestruturação acelerada, o DENTEL vem cumprindo essa missão que lhe está cometida.

A recuperação da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (ECT) tem sido o maior desafio com que se defronta o Ministério das Comunicações. Oriunda do antigo Departamento dos Correios e Telegrafos (DCT) e desti-

nada a prestar os mais relevantes serviços à Nação, a ECT herdou uma bagagem enorme de falhas acumuladas em decênios.

Progressos consideráveis, entretanto, vem sendo alcançados. Mas para atingir esse desiderato, foi preciso definir um plano de recuperação que "assegurasse ao País as comunicações postais e telegráficas indispensáveis às exigências de sua segurança e desenvolvimento, com adequada capacidade de tráfego e cobertura do território, de qualidade aceitável quanto aos requisitos fundamentais de segurança, regularidade e rapidez e, ao menor custo possível".

Em plano orienta-se pelas seguintes diretrizes do Ministério das Comunicações:

- Reorganização geral de sua estrutura, voltada somente para a exploração dos serviços postais; — reestruturação total do seu quadro de servidores por meio de um Plano de Cargos e Salários que permita melhorar progressivamente a situação individual de cada servidor e, especialmente, a eficiência dos serviços; — treinamento contínuo e intenso e total dos seus servidores, hoje em número superior a sessenta mil, bem como dos que forem admitidos; — avaliação adequada das possibilidades de cada servidor a fim de que as promoções e as reclassificações se façam exclusivamente pelo sistema de mérito; — renovação total das rotinas de trabalho, com a introdução de novas técnicas, novos equipamentos; — renovação da mentalidade do servidor, com especial destaque para a formação de pessoal capaz de incorporar hábitos que conduzam a um atendimento eficiente e acolhedor ao mais importante cliente da empresa — o público usuário; — recuperação das atuais instalações e dos equipamentos, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores da empresa; — abertura de novos postos e agências, especialmente em áreas remotas como a Amazônia; — criação de novos serviços, enquadrados nas atribuições da empresa; — regularização das promoções e aposentadorias; — afastamento dos servidores excedentes, dos incapazes para o serviço, inconvenientes ou rebeldes as novas normas da empresa; — atualização das tarefas; — e eliminação progressiva dos favores e dos privilégios, fontes permanentes de prejuízos e de irregularidades.

Com o desdobramento desse programa pode a ECT atingir importantes metas intermediárias, que já permitem antecipar consideravelmente o tempo no qual o País venha a dispor de um serviço postal à altura de suas necessidades, tais como:

- introdução do Código de Endereçamento Postal (CEP);
- instalação dos Serviços de Entregas Rápidas (SEER);
- Serviço Especial de Entrega de Documentos (SEED);
- Normalização dos serviços nas áreas metropolitanas das Capitais;
- Ampliação da entrega da correspondência a domicílio na zona urbana, em todas as cidades com mais de 5.000 habitantes;
- Ampliação da rede de agências postais, postos e balcões de correio nas pequenas comunidades do interior, que passaram de 4.870 para 5.463, Operação Especial vem sendo desenvolvida na Transamazônica, cujo programa beneficia regiões bem afastadas do eixo da rodovia e que compreendeu apenas no ano passado, a reabertura de duas agências e a criação de sete, bem como a instalação de 51 postos de correio e dois entrepostos de malas, além de serem autorizadas outras 18 agências para execução do serviço de vales postais;
- Ampliação dos serviços de malotes, através da criação do SERCA — cujo ritmo de expansão atingiu um crescimento de 113% em 1972, estendendo-o ao âmbito internacional;
- Ampliação das facilidades para aquisição de selos e postagem de correspondência;
- Instalação de equipamentos de triagem de correspondência capazes de separar mais de 20.000 cartas por hora;
- Expansão da rede de transporte de correspondência, com a implantação de 28 linhas Tronco Regionais e 16 linhas Tronco Nacionais que atingem todas as capitais brasileiras ao Sul do Rio Amazonas, percorrendo, aproximadamente, 30 mil quilômetros diariamente, nos dois sentidos.

Releva mencionar que na linha de transformação de mentalidades vários cursos de formação e treinamento do pessoal da ECT foram realizados em 1.972, abrangendo 11.350 servidores.

Além do Centro de Treinamento existente no Rio de Janeiro, foram instalados os de Recife e Bauru e, proximo, será inaugurado o de Porto Alegre. Não obstante o muito que ainda resta consolidar, o programa de recuperação da ECT vem tomando impulso à medida em que novas etapas vem sendo conquistadas, e demonstram os fatos sensíveis melhores em todos os campos de atuação do serviço postal.

Os resultados obtidos pelo esforço nacional no setor das telecomunicações, nos últimos anos, talvez não encontrem paralelo em nenhuma outra área. Milhões de brasileiros já se acostumaram às transmissões diretas de televisão e viram a descida do primeiro homem na Lua, a "seleção canarinho" conquistar definitivamente no México a "Taça Jules Rimet" e Emerson Fittipaldi trazer para o Brasil o Campeonato Mundial de Automobilismo. E, a cada dia, mais modernos e sofisticados meios de comunicações vem sendo dispostos ao alcance do povo brasileiro, como as ligações telefônicas do interior de automóveis e aviões.

Tudo isso é possível graças ao apoio e ao incentivo do Governo Federal na área das Comunicações. E é o resultado dos esforços da empresa brasileira de Telecomunicações — EMBRATEL empresa subsidiária da TELEBRAS e vinculada ao Ministério das Comunicações, em pouco mais de quatro anos. Quase um milagre. Especialistas japoneses consideram quase impossível completar o sistema de Microondas (São 11.500 quilômetros em visibilidade e 5.100 em tropodifusão) antes de 8 a 10 anos. O Brasil, com justo orgulho, o implantou em pouco mais de 4.

Para isso o Ministério das Comunicações atribuiu à EMBRATEL, a implantação do Sistema Básico de Telecomunicações, que representa a interligação de todas as capitais de Estados e territórios entre si, e com a Capital Federal, mediante troncos de alta capacidade e confiabilidade. Representa, também, dotar o País de uma infra-estrutura no campo das telecomunicações interestaduais, com capacidade para atender plenamente as nossas necessidades e ampla possibilidade de expansão.

As metas estabelecidas pela política Nacional de Comunicações — de Integração Desenvolvimento e Segurança nacional — assim, vão sendo atingidas, permitindo a telefonia automática interurbana e por Discagem Direta à Distância (DDD); serviços de telex, da rede nacional e internacional; serviços de telegrafos; transmissão de "far-símile", permitindo às empresas jornalísticas a reprodução de microfotografias; transmissão de dados entre computadores localizados em pontos distantes do País, possibilitando, entre outras coisas, centralizar a contabilidade de empresas de âmbito nacional e permutar informações científicas de computador a computador; transmissão

de programas de rádio em alta-fidelidade, alcançando a máxima nitidez de som; transmissão ao vivo de programas de televisão para numerosas cidades brasileiras, bem como aqueles vindos do exterior e vice-versa; possibilitar a participação do Brasil no sistema Internacional de Telecomunicações, dotando-os dos canais adequados, em número e qualidade, para atender a todos os serviços.

A instalação de novas centrais DDD em diversos Municípios brasileiros, possibilita que uma parcela bem maior da população usufrua das facilidades da discagem interurbana automática. Quase meia centena de municípios brasileiros já se encontram ligados pelo DDD.

O crescimento do tráfego interurbano em decorrência desses melhoramentos vem aumentando de forma assustadora. Prova disso é que, em relação ao ano anterior, registrou no ano passado um acréscimo de 128%, atribuindo-se, em parte ao eficiente sistema implantado.

Com vinte e três centros de comutação de TV já implantados e integrados à Rede Nacional de Televisão, já se acham concluídas expansões dos centros instalados nas cidades de Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte e Brasília.

O Serviço de telex — de inegável utilidade em cabines de acesso fácil ao usuário, expandiu-se em cerca de 30% no último ano, atendendo em 59 locais, totalizando 71 circuitos. Por outro lado a Rede Nacional de Telex que contava com 3.100 aparelhos, foi ampliada pela ECT e 860 terminais (o que corresponde a todo o equipamento disponível no mercado interno e externo) e objetiva atenuar a grande demanda existente.

O Ministério das Comunicações atribuiu à EMBRATEL a implantação de 15.000 terminais de Telex acompanhados das centrais de comutação, dos equipamentos complementares e da construção de prédios indispensáveis à sua instalação. A medida representa multiplicar por quatro a atual capacidade do Sistema Nacional de Telex. Os primeiros terminais entrarão em operação no início de 1974.

As telecomunicações do Brasil, com o resto do Mundo são feitas por intermédio do INTELSAT, consórcio internacional do qual participam cerca de 80 países. Sendo um consórcio ou condomínio de cotas, cada País participa do Capital na proporção do grau de utilização. A participação nas rendas, sendo função da cota subscrita, é igualmente proporcional ao tráfego do País.

Os textos dos Acordos Intergovernamental e Operacional relativos à Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite INTELSAT, estão ratificados graças à colaboração sempre valiosa que o Congresso Nacional tem emprestado ao desenvolvimento das telecomunicações nacionais.

O Brasil, que é representado pela EMBRATEL, já ocupa o 10.º lugar nesta participação. Como os 13 primeiros tem assento na Junta de Governadores do INTELSAT, pode-se verificar que o Brasil já conseguiu uma posição expressiva no contexto mundial das telecomunicações detendo parcela do comando do INTELSAT. Acresce o fato de que em recente eleição realizada em Genebra, um membro da equipe brasileira foi eleito para a Vice-Presidência da Comissão Permanente do Plano Mundial de Telecomunicações.

Com 154 canais de voz no satélite, o Brasil no ano passado, teve quinhentos e quarenta e três mil chamadas completadas com o resto do mundo; ou seja, 4.666.310 minutos.

Ligando-se diretamente com países sul-americanos encontram-se em operação os sistemas, por ondas curtas, Rio de Janeiro-Assunção (Paraguai) e Rio de Janeiro-La Paz (Bolívia).

O cabo submarino que está sendo hoje, 4 de maio inaugurado, ligando Recife às Ilhas Canárias da Espanha, é o primeiro cabo telefônico submarino direto entre a América Latina e a Europa, e representa um acontecimento de mais alta relevância no âmbito das telecomunicações internacionais. O BRANCAN I estende-se ao longo de 2.700 milhas náuticas (4.725 km), da cidade de Recife às Ilhas Canárias, com capacidade de 100 circuitos telefônicos, podendo também ser utilizado para telegrafia, telex, transmissão de dados e se interligará à Rede Internacional de Cabos Submarinos.

A ativação da Estação Transmissora de Santa Cruz para atendimento à atual Rede Costeira — serviço de imprensa internacional é outro benefício que a EMBRATEL mantém à disposição de seus usuários. Paralelamente ao desenvolvimento que tiveram os órgãos federais no setor, as empresas concessionárias que atuam nos Estados, desencadearam vários planos de expansão de telefonia e as empresas-pólos, sensíveis à Política do Governo Federal iniciaram a incorporação de empresas de telefonia particulares e municipais.

A implantação da TV a cores era um empreendimento de largo vulto que envolveria grandes e variados interesses comerciais e industriais.

Fixado o Sistema PAL-M como o que atenderia aos altos padrões desejados para a TV a cores no Brasil, o Ministério das Comunicações, visando proporcionar reais condições de funcionamento às Emissoras e à Indústria Nacional, fixou, através de Portaria, as etapas para o início das transmissões a cores no País.

Durante o ano de 1971 foram realizados no Brasil e no Exterior, cursos de treinamento de pessoal técnico, artístico e auxiliar.

O período compreendido entre 2 de janeiro e 29 de fevereiro de 1972, destinou-se ao treinamento do pessoal em situações objetivas de serviço. Durante esse período foram realizados pela Embratel testes para verificação dos padrões técnicos a serem atendidos pelas emissoras de TV que se mostraram interessadas em iniciar a operação com imagens coloridas.

No dia 19 de fevereiro, diretamente de Caxias do Sul, ao ensejo da Festa da Uva a Rede Nacional de Televisão formada pela EMBRATEL, realizou a primeira transmissão experimental a cores para todo o Brasil.

Precisamente no dia 31 de março de 1972, data fixada pelo Ministério das Comunicações para o início das transmissões normais de televisão a cores, um novo avanço tecnológico era colocado à disposição dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, na sessão comemorativa do “Dia das Comunicações”, o sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nossos cumprimentos ao Deputado Paulo Poli pela feliz lembrança em dedicar parte da sessão de hoje à data em que se comemora em todo o território nacional, o “Dia das Comunicações”.

Inicialmente gostaria de deixar aqui a nossa mais sentida homenagem a Marshall Mac Luhan, “o pai das comunicações”, o professor universitário norte-americano que mostrou ao mundo a necessidade da participação ativa

do leitor, do ouvinte, do assistente aos principais acontecimentos que atingem a humanidade. Na verdade Sr. Presidente, há necessidade da participação ativa de todos aqueles que acompanham os fatos não somente a passividade que se notava há muitos anos atrás, quando, por exemplo, os órgãos da imprensa nacional publicavam com atraso de três e às vezes de seis meses, fatos ocorridos na Europa, na Ásia, na África. Quando as emissoras de rádio de nosso Estado levavam a público acontecimentos já ocorridos há muito tempo.

Hoje o fato é registrado simultaneamente e com isto se dá ao leitor ao ouvinte, ao telespectador a possibilidade de uma participação ativa nos acontecimentos, formando opiniões, acompanhando os fatos e participando enfim para que esses fatos vão de encontro a seus ideais e àquele que é ditado por sua consciência.

Não poderia deixar, nesta data em que são louvadas as inúmeras realizações em termos de Brasil, em termos de Paraná, no setor público de comunicações não poderia deixar de registrar as inúmeras distorções que ainda existem em nosso Estado e em toda a Nação.

Enquanto que em Curitiba nas principais cidades do Paraná o povo acompanhou simultaneamente tendo, portando, participação ativa na conquista da lua pelo homem, em muitos Municípios paranaenses, na grande maioria deles, nas proximidades da Capital não há sequer serviço telefônico como em Mandrituba, Rio Branco do Sul e Almirante Tamandaré, como em muitos outros. Cerro Azul, aqui perto de Curitiba tem como único meio de comunicação ao Estado e ao País o “moderno” serviço telegráfico.

Essas distorções, sr. Presidente, é que devem ser corrigidas. O telefone não deve ser privilégio, como já foi dito desta Tribuna apenas daqueles que têm condições para efetuar o pagamento elevado proposto pelo órgão que detem este serviço.

É necessário um trabalho a fim de que pelo menos as principais comunicações de todo o Estado do Paraná possam receber este benefício que, longe de ser um luxo, é um artigo de primeira necessidade.

Finalmente, sr. Presidente, gostaríamos de registrar um voto de louvor a todos aqueles que trabalham em Comunicações em nosso Estado em rádio, em jornais, em televisão, pelos relevantes serviços de utilidade pública prestados à Nação, ao Estado e ao Município e nesse sentido encaminhamos requerimento à Mesa como homenagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, àqueles que diuturnamente, prestando serviços de utilidade pública, muito contribuíram para o desenvolvimento de nossos Municípios de nosso Estado e da Nação.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 35 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apeado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apeado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 136-68, que cria um Curso Ginasial no Município de Marilena e dá outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 136-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criado o curso ginasial para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo, em Marilena.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento do disposto no art. 1.º da presente Lei.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 362-68, que autoriza o Poder Executivo a dar o nome de Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, ao Grupo Escolar localizado na sede do Município de Icaraíma. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 362-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar “Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa” ao Grupo Escolar localizado na sede do Município de Icaraíma.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73.

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Relator

Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 138-71, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 138-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um Curso Científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 138-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na sede do Município de Laranjeiras do Sul, um curso científico, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73.

(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 140-72, que autoriza o Poder Executivo, criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de Saudades, com sede e divisas que especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 140-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo de SAUDADES, com as seguintes divisas.

“Parte de foz do Lageado Pães com o Rio Iguaçu, sobe por esse Lageado até a cabeceira, de lá acompanhando a divisa do lote n.º 232, da linha Biguá da Gleba Chopinzinho, até encontrar o Lageado Creolim, por este acima até encontrar o divisor dos lotes n.ºs 35 ao 26 da Linha Biguá, de lá em linha reta acompanhando a linha da divisa da Gleba Chopinzinho, até encontrar a divisa do Distrito de Sede Sulina, do Município de Chopinzinho, por essa divisa até o Rio Iguaçu e por este acima até o Lageado Pães, ponto de partida”.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1975, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73.

(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 168-72, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fins de conservação e manutenção, a estrada Municipal que liga as Cidades de Cascavel à Capitão Leonidas Marques — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 168-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem — D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada municipal que liga a cidade de Cascavel à cidade de Capitão Leonidas Marques, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73.

(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Alvaro Dias

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 171-72, que dá novas divisas aos Distritos Administrativos de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, no Município de Santo Antônio do Sudoeste e cria os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Flórido e Marçionópolis, no referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 171-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Os Distritos Administrativos de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, do Município de Santo Antônio do Sudoeste, passam a ter as divisas seguintes:

“Distrito de Pranchita: Começa no Rio Santo Antônio, na foz do Rio Jacutinga, sobe por este até sua nascente, de onde segue pela divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste — Pérola do Oeste, seguindo por esta di-

visa até atingir a divisa Leste do imóvel Santa Cruz, de onde segue rumo Sudeste, até alcançar o Rio Waldomeira, pelo qual sobe até sua nascente, daí por uma linha seca rumo Sul atinge a linha Leste-Oeste das Missões, seguindo daí por esta linha rumo Oeste até alcançar a nascente do Arroio Aurora e por este abaixo até alcançar sua foz no Rio Santo Antônio, pelo qual desce até alcançar a foz do Rio Jacutinga, ponto de partida”.

Distrito de Santo Antônio do Sudoeste — sede: Começa no ponto confrontante da nascente do Córrego Argentina, na divisa internacional Brasil — Argentina, de onde segue por esta divisa, rumo Norte até atingir a nascente do Rio Santo Antônio, pela qual desce até alcançar a foz do Arroio Aurora, e por este acima até sua nascente, de onde segue pela divisa do imóvel Missões no sentido Oeste e posteriormente rumo Sul até atingir o Rio das Antas, pelo qual sobe até a foz do Córrego Argentina, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil — Argentina, ponto de partida.

Art. 2.º — Ficam criados os Distritos Administrativos de Canzianópolis, São Pedro do Flórido e Marçionópolis, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, com sede nas respectivas localidades e divisas seguintes:

Distrito de Canzianópolis: Começa na linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, no ponto de encontro da divisa intermunicipal Santo Antônio do Sudoeste — Pérola do Oeste, seguindo por esta divisa no sentido Leste até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar o Rio Waldomeira e por este acima até atingir a linha de divisa Leste do imóvel Santa Cruz, seguindo por esta divisa rumo Noroeste até atingir a divisa intermunicipal.

Distrito de São Pedro do Flórido: Começa na linha de divisa do imóvel Missões, no ponto confrontante a cabeceira do Rio Waldomeira, de onde por uma linha seca, alcança a nascente do Rio Waldomeira, pelo qual desce até sua foz, no Rio Capanema, e por este acima até atingir a linha de divisa entre as Glebas 206-SA, do Getsop, seguindo por esta divisa até alcançar a linha de divisa do imóvel Missões, de onde segue rumo Norte e posteriormente Oeste, até confrontar a nascente do Rio Waldomeira, ponto de partida.

Distrito de Marçionópolis: Começa na divisa internacional Brasil — Argentina, no ponto confrontante com a nascente do Córrego Argentina, de onde por uma linha seca alcança a nascente do referido Córrego Argentina, pelo qual desce até sua foz no Rio das Antas, e por este abaixo até atingir a divisa entre as Glebas 202-SA e 209-SA do GETSOP, seguindo daí por esta divisa até atingir o Rio Capanema, pelo qual sobe até alcançar a foz do Lageado Grande, e por este acima até sua nascente, de onde alcança a divisa internacional Brasil — Argentina, de onde segue rumo Norte até confrontar com a nascente do Córrego Argentina, ponto de partida.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26-4-73.

(aa) **Gilberto Carvalho** — Presidente
Basílio Zanusso — Relator
Alvaro Dias

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 59-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada mensagem de congratulações e pleno êxito desta Casa, aos organizadores da “IX Feira Intercolegial e Estudantil do Livro”. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Senador Accioly Filho, pela apresentação de Emenda ao Projeto de Lei, oriundo de Mensagem Presidencial que dispõe sobre as regiões metropolitanas, solicitando a inclusão dos Municípios de Rio Branco do Sul, Mandirituba, Balsa Nova, Quatro Barras e Campanha Grande do Sul, na área metropolitana de Curitiba. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício cumprimentando Srs. Diretores e funcionários de rádios, jornais e emissoras de TV., pelos relevantes serviços de utilidade pública prestados à comunidade paranaense e brasileira. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 7, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 274-70 — 114-71 — 118-71 — 262-71 e 23-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 10072 — 156-72 e 39-73.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 165-71 — 75-72 e 209-72. Levanta-se a Sessão.